



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

16ª Reunião da AFROSAI:

As Instituições Supremas de Controlo como uma Voz para Influenciar o Governo

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA ABERTURA 16ª REUNIÃO DO
COMITÉ DIRECTIVO DA AFROSAI-E.**

Maputo, 6 de Maio de 2019

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhora Auditora Geral da Serra Leoa e Presidente da AFROSAI-e;

Senhores Auditores Gerais e Chefes das Delegações de Países Membros da AFROSAI-e;

Senhora Secretária Executiva da AFROSAI-e;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Ilustres Membros do Corpo Diplomático e Representantes de Organizações Internacionais;

Caros Parceiros de Cooperação;

Senhores Juízes Conselheiros e quadros do Tribunal Administrativo;

Distintos delegados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

As nossas sociedades, hoje, são cada vez mais exigentes. Por isso, é para nós, moçambicanos, um privilégio acolher um evento tão relevante e dirigido a tão augusta audiência, composta por profissionais, cuja missão primordial é assegurar a correcta gestão financeira nas instituições, consolidando a boa gestão da coisa pública.

A justeza da sua causa conduz-nos, inexoravelmente, à necessidade dum maior rigor, na gestão das contas públicas e na aplicação dos nem sempre abundantes recursos.

As organizações, a todos os níveis, necessitam de ter mecanismos que lhes permitam determinar e produzir planos de aplicação dos recursos necessários, sejam eles humanos, financeiros, patrimoniais ou materiais para o cumprimento da sua missão e responsabilidades.

Este exercício exige, *a posteriori*, uma avaliação criteriosa de modo a concluir se os gastos realizados justificam, fielmente, os planos elaborados.

Como requisitos essenciais de credibilidade das organizações, a gestão e a aplicação de quaisquer recursos, em particular os públicos, deve assentar em pressupostos de necessidade, ética, transparência e rigor.

Ademais, como Estados de Direito democráticos, parte da nossa legitimidade governativa advém da escrupulosa legalidade dos actos que praticamos. Daí a pertinência de se recorrer a mecanismos de auditoria, interna e externa, eficientes e eficazes que confirmem credibilidade aos actos de gestão dos recursos e, em última análise, à governação em si. As auditorias são o termómetro da transparência, da qualidade e da certeza do que fazemos; pelo que, ninguém deve temê-las.

Esse controlo dos actos de gestão dos recursos é mais uma das condições essenciais para o sucesso da governação e, em última análise, um elemento inerente à própria existência do Estado.

Em períodos como os que vivemos, em que a escassez de recursos se contrapõe ao crescente número de necessidades, só uma eficiente definição de prioridades e uma rigorosa afectação e utilização dos recursos, - portanto uma governação criteriosa -, permitirão, no final do dia, o cumprimento dos programas delineados pelo Governo e a satisfação das necessidades dos nossos povos.

É imperioso que todas as instituições públicas estabeleçam diferentes níveis de monitoria e auditoria que vão desde auto-fiscalização feita intra-órgãos, até às instâncias de controlo jurisdicional, passando pelo controlo interno feito pelas inspecções administrativas.

O controlo jurisdicional feito por instâncias judiciais assegura, pela sua própria natureza, a independência e a imparcialidade da auditoria, e constitui um elemento extra de motivação para que, no dia-a-dia, da gestão da coisa pública, a máquina administrativa do Estado paute pelo escrupuloso cumprimento das normas e princípios pertinentes.

Ilustres delegados;

Distintos convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Lema do evento que hoje começa é *“As instituições supremas de controlo como uma voz para influenciar o Governo”*.

Este lema, desde já, reconfirma a consciência do meu próprio governo e encerra em si algumas questões, cuja resposta deve ser encontrada de forma mais abalizada pelos especialistas que vão intervir nos debates que se seguirão.

Ainda assim, permitam-me partilhar com Vossa Excelências algumas notas que poderão ser agregadas ao debate e motivar a vossa reflexão colectiva, explorando as experiências de cada um de vós.

I. Existe mesmo uma influência ou necessidade de influenciar o Governo?

Pelo que referi antes, as instituições jurisdicionais de controlo, através do visto prévio e da fiscalização sucessiva, garantem a conformidade dos actos administrativos e das contas públicas com a lei.

Este deve ser o ponto de partida para se discutir se há uma verdadeira influência sobre o Governo ou apenas uma acção visando garantir a boa gestão financeira pelo Governo.

Até que ponto o visto e a fiscalização às contas são susceptíveis de influenciar o Governo na definição dos programas de governação ou de políticas, no estabelecimento de prioridades ou na captação e afectação de recursos?

Há quem considere que, através da fiscalização prévia e sucessiva, se garante a integridade da gestão da coisa pública. Como consequência, assegura-se a melhoria da Administração Pública e, por conseguinte, da Boa Governação.

É nosso humilde parecer que, neste quesito, a influência possível é sempre na perspectiva de evitar que o Governo aja à margem dos ditames da lei, e isso é um elemento positivo que poderá, a longo prazo, viabilizar as políticas públicas e os programas de governação previamente definidos.

Nesse aspecto, teríamos de concordar com o papel de influência desempenhado pelas instituições supremas de controlo. Entretanto, na vossa qualidade de profissionais responsáveis, encontrarão a melhor conclusão.

II. Podemos, ainda, questionar: Como tal influência se pode exercer?

Um dos princípios basilares dos Estados de Direito democráticos é a separação de poderes. Tal princípio consagra a não intervenção de qualquer dos poderes do Estado (legislativo, executivo e judicial), na esfera de atribuições dos outros. A interdependência dos poderes do Estado gera a ideia dos “**freios e contrapesos**” e permite estabelecer o equilíbrio do exercício dos poderes através do controlo recíproco.

Nessa perspectiva, é perfeitamente aceitável a ideia de que os órgãos supremos de controlo - sejam os Tribunais de Contas, Auditores-Gerais ou qualquer que seja a sua natureza e denominação. Estes órgãos zelam pela legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e prestação de contas. Eles impelem a Administração Pública a tomar decisões mais adequadas ao bem comum. Dessa forma, consideramos que exercem a sua influência sobre a governação. Todavia, igualmente, remetemos o apuramento da nossa reflexão à vossa discussão.

Assim, sem prejuízo da separação de poderes, parece necessário, pertinente e útil que haja uma estreita interacção dos poderes do Estado. Essa interacção fará que “*poder controle poder*” resultando numa influência recíproca entre eles.

Nesta perspectiva, cumpre-nos saudar e encorajar, as instituições supremas de controlo a cumprirem de forma isenta e cabal o seu papel, pois a falha de um poder pode significar o fracasso dum Estado.

Dignos Profissionais da Justiça;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como é do vosso melhor domínio, a AFROSAI (Organização das Instituições Supremas de Controlo dos Países Africanos de Expressão Inglesa) visa basicamente:

- Melhorar o desempenho de auditoria de seus membros.
- Desenvolver e compartilhar recursos na região.
- Promover o desenvolvimento profissional e técnico e a cooperação entre seus membros e outros órgãos internacionais e regionais, como a AFROSAI e a INTOSAI.
- Promover e manter relações com instituições nacionais, regionais e internacionais especializadas em questões que afetam a auditoria de recursos públicos.
- Apoiar as instituições regionais na promoção da boa governança.

Com isto, queremos dizer que estes objectivos, além de nobres, são necessários e representam um compromisso para a consolidação do Estado de Direito Democrático, pelo que manifestamos a nossa total confiança na capacidade da instituição atingir os seus objectivos com êxito.

A escolha dos temas que vão corporizar os debates, bem como dos palestrantes, constitui prova inequívoca de que a organização está ciente dos desafios em presença.

A abordagem de cada um dos tópicos, de forma conscienciosa, permitirá não só a troca de experiências entre os membros, mas também e fundamentalmente, o aprendizado e o crescimento comum da organização, tal como refere o nosso Hino Nacional “...*milhões de braços, uma só força,...* venceremos.”

Estamos convictos de que Moçambique tem muito a beneficiar dos trabalhos desta organização, pois o fortalecimento das nossas instituições vai necessariamente prosseguir a Boa Governança.

A Boa governação vai facilitar a materialização dos grandes objectivos definidos no Programa do Governo e nos compromissos internacionalmente assumidos nos domínios do Desenvolvimento Humano e Social.

Moçambique tem uma experiência recente sobre o impacto dos compromissos internacionais traduzidos em solidariedade, uma experiência que estará sempre presente nas nossas memórias.

Sempre que nos recordarmos dos efeitos dos ciclones IDAI e Kenneth, que afectaram as regiões centro e norte do país, recordaremos, igualmente, de como superamos estas intempéries, contando com a solidariedade e capacidade interna e internacionais.

Os nossos países precisam de instituições cada vez mais fortes, sólidas, credíveis e capacitadas para garantirem que os processos da sua construção sejam eficazes, eficientes e sustentáveis.

As conclusões que irão sair deste evento, associadas aos conhecimentos acumulados pela AFROSAI-E, serão uma mais valia para a melhoria das nossas instituições e, por este motivo e esperança, acompanharemos atentamente os trabalhos que hoje iniciam para deles colhermos ganhos para o nosso trabalho.

Queremos desejar a todos os participantes que os debates sejam francos, profundos e orientados para apresentação de soluções concretas que possam alavancar o desenvolvimento do nosso continente.

Com estas palavras, temos a honra de **declarar solenemente aberta a 16ª Reunião do Comité Directivo da AFROSAI-E.**

Muito obrigado pela vossa atenção.